

**A revista *Encontros com a Civilização Brasileira*:
um olhar sobre o papel do intelectual no processo de abertura política**

**Encontros com a Civilização Brasileira magazine:
*a look at role of the intellectual in the process of political opening***

Manuela Brêtas deMedina
Doutoranda, PPGH-UERJ
Bolsista CAPES
manubretas@gmail.com

Resumo: O objetivo deste trabalho é discutir a atuação política dos intelectuais brasileiros nas páginas da revista *Encontros com a civilização Brasileira*. Este periódico que foi publicado no final dos anos 1970 foi um importante espaço de sociabilidade da intelectualidade brasileira no momento em que a ditadura militar começava a se esfacelar. Tendo a sua frente o Editor Ênio Silveira e o poeta Moacyr Félix esta publicação mensal que foi editada entre 1978 a 1982 contou com a colaboração dos diversos matizes da esquerda brasileira. *Encontros com a Civilização Brasileira* torna-se assim um importante instrumento de divulgação das ideias de parte da esquerda nos anos 70 e início dos 80 e um importante objeto de pesquisa para a compreensão do ideário das esquerdas no período.

Palavras Chaves: Abertura Política; Intelectuais; ditadura.

Abstract: The objective of this work is to discuss the political role of intellectuals in the of pages of Encontros com a Civilização Brasileira magazine. This periodical that was published in late 1970s was an important espace of sociability of the Brazilian intelligentsia at the time the military dictatorship began to crumble. Having Enio Silveira as yours Editor and the help of the poet Moacyr Felix this monthly publication that was published since 1978 until 1982 had the collaboration of the Brazilian left. Encontros com a Civilização Brasileira has becomes an important tool to disseminate the ideas of the in the 70's and early 80's and a importante research subject for understanding the ideology of the left in that period.

Key word: Opening Politic; Intellectuals; dictatorship.

Estudar o pensamento dos intelectuais brasileiros não é das tarefas mais fáceis. Podemos afirmar que desde 1930 o seu espaço de atuação está relacionado ao aparato estatal. Ao contrário dos intelectuais ao redor do mundo os intelectuais brasileiros não se constituem como um grupo social totalmente autônomo e crítico em relação ao Estado. No Brasil ao partir do governo Vargas eles são retirados da sua *Torre de Marfim* e chamados a pensar, questionar e refletir as “questões nacionais” a partir do espaço estatal. Esta relação ambígua

entre os intelectuais e o Estado é mantida até o ano de 1964 quando o Brasil sofre um golpe civil-militar e estes intelectuais, junto com o governo João Goulart, são afastados deste espaço de atuação. A partir desta nova conjuntura estes intelectuais são chamados a refletir em outros espaços e a partir de um novo paradigma político o de uma ditadura militar.

Durante as décadas de 1930 e 50 os intelectuais brasileiros associaram a palavra democracia com as oligarquias liberais e as elites tradicionais e buscando associar-se ao ideário do Partido Comunista Brasileiro que pregava a Revolução e a criação de um mundo socialista. Após o golpe os intelectuais começam a rever o conceito de democracia e passam a reivindicar os valores democráticos. Contudo é a partir de 1975 que a palavra democracia se torna uma palavra-chave para o campo intelectual brasileiro. Instituições como CEBRAP (Centro Brasileiro de Pesquisa) e SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) davam a discussão sobre a democracia uma legitimidade científica, neste período o campo intelectual, que fazia oposição ao regime militar, ainda mantinha certa coesão. Apesar de algumas divergências a unidade nacionalista e a luta democrática faziam com que segundo Peacault¹, o campo intelectual atuasse como um subsistema político com instâncias de poder, debates e práticas de cooptação, ou seja, funcionava como um pequeno partido político.

Contudo o próprio regime militar foi ambíguo em relação às ciências sociais e ao campo cultural brasileiro. É no final dos anos 1960 e início dos 70 que ocorre a maior expansão do sistema universitário brasileiro. A ditadura militar desde seus primórdios manteve esta relação ambivalente como o mercado de bens culturais. Eles censuravam determinadas peças, determinados filmes e músicas, mas, não fechava teatros e cinemas para não entrar em conflito com o empresariado brasileiro. O mesmo não ocorreu com Ênio Silveira e a editora *Civilização Brasileira*. Esta por ser identificada com a esquerda brasileira sofre retaliação do regime desde o seu início, contudo é em 1968 que ela é fechada e reaberta apenas nos anos 70. É a partir do entendimento da importância desta editora no meio intelectual brasileiro a partir dos anos 50 é que será possível compreender o papel da *Revista Encontros com a Civilização Brasileira* no processo de abertura política.

É a partir da perspectiva de Bourdieu de campo intelectual e campo político que este trabalho está inserido. Bourdieu afirma que os intelectuais são produtores de bens simbólicos que atuam na sociedade a partir da sua tomada de posição no campo de poder. Ele compreende o campo intelectual como um campo autônomo que interage com outros campos de poder. O

¹ Daniel Peacault ver referência completa na bibliografia.

conceito de *intelectual* será emprestado do Sirinelli que vê nas revistas um espaço de sociabilidade entre os intelectuais.

Os Movimentos Culturais e o Renascimento Político da Década de 60 no Brasil

A década de 60 foi marcada por uma efervescência política cultural no país. O acirramento entre esquerda e direita foram sentidos por toda a década tanto no campo da política, quanto no da arte. A revolução cubana desencadeada em 1959 despertou na esquerda brasileira a esperança de que também era possível fazer uma revolução no Brasil nos moldes das revoluções cubana e soviética (RIDENTI, 2000).

A ideia de romper com a “arte tradicional” e instalar uma arte engajada, que servisse como instrumento de conscientização do povo, era um dos principais projetos político da esquerda para o país. Essa nova concepção de arte procurava trabalhar com a ideia de construção de um movimento artístico genuinamente nacional e que buscasse através da edificação do *novo homem* resgatar a verdadeira cultura brasileira. Para isso seria necessário descobrir o verdadeiro homem brasileiro que, segundo os intelectuais de esquerda, se encontrava no campo.

O homem do campo passou a ser visto como o guardião da verdadeira cultura brasileira justamente por viver isolado dos grandes centros urbanos. O fato dele, teoricamente, não manter contato com as modernidades do capitalismo o fazia conservar uma pureza que já não se encontrava mais numa sociedade capitalista. Esse *Romantismo Revolucionário* (Op.Cit.) permeava o ideário das esquerdas nos anos 60. O desejo de romper com o capitalismo e criar uma sociedade baseada na vida no campo perpassava o imaginário desse período. A ideologia nacionalista que caracterizou os movimentos políticos e culturais dos anos 60 teve seu apogeu na década de 50, com o projeto nacional desenvolvimentista da Era Vargas. A política de industrialização de Vargas visava substituir as importações de artigos estrangeiros por artigos de fabricação nacional. O período compreendido entre o fim do Estado Novo 1945 e o golpe civil-militar será caracterizado pela disputa entre dois projetos, os nacionalistas que eram inspirados na CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) e os entreguistas que se apoiavam na ideologia defendida pela Escola Superior de Guerra (ESG), no liberalismo econômico e na agenda de segurança defendida pelos Estados Unidos.

O governo Juscelino Kubitschek, que dá continuidade ao nacional desenvolvimentismo de Vargas, foi marcado por diversas realizações administrativas. Juscelino criou o *plano de metas* um minucioso programa de governo que priorizava cinco setores *energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação*. Contudo, o grande número de obras realizadas pelo governo Juscelino fez-se à custa de empréstimos e investimentos estrangeiros. Através dessa política o governo internacionalizou a economia e aumentou a dívida externa brasileira permitindo que grandes empresas multinacionais instalassem suas filiais no país e controlassem importantes setores industriais como eletrodomésticos e automóveis. Os nacionalistas diziam que a política econômica de Juscelino tinha a vantagem de ser *modernizadora*, mas o defeito de ser *desnacionalizadora*. O projeto de nação de Juscelino passou a ser difundido pelo *ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros)*, que passou a funcionar como uma espécie de instituição legitimadora do pensamento desenvolvimentista do governo. Os intelectuais do *ISEB* procuraram "(...) '*fabricar*' um ideário nacionalista para se diagnosticar os problemas nacionais"(ORTIZ, 2001.p. 47)

A cultura brasileira sofreu na década de 40 uma grande influência da cultura americana. A política da boa vizinhança desenvolvida pelos Estados Unidos no final da segunda guerra mundial trouxe para o país os filmes americanos que passaram a vender moda e comportamento e que influenciaram, sobretudo, os estratos médios da sociedade brasileira. A imagem dos Estados Unidos como modo civilizatório influenciou a sociedade brasileira convencendo-a de que eles eram um modelo a ser seguido e foi em nome da modernidade brasileira que o “American Way of life” dominou tanto culturalmente- modo de andar, de comer de falar e de se vestir- quanto politicamente- pan-americanismo, know how militar. No entanto as áreas que foram vitais para a penetração da ideologia americana no país foram os meios de comunicação, a área da saúde e a alimentação. Na parte da comunicação-imprensa, cinema, rádio, análises de opinião pública e ciência / educação – é que ocorreria a maior difusão e divulgação da ideologia e da cultura americana.

Essa influência impulsionou o surgimento de uma ideologia nacionalista no país na década de 50 que teve com símbolo a defesa do petróleo nacional. Essa campanha que foi iniciada pelo literato Monteiro Lobato ficou conhecida como o “petróleo é nosso”. O governo Vargas encampou essa campanha e criou a Petrobras Contudo, no fator econômico e cultural os Estados Unidos continuaram exercendo a sua influência tanto no governo de Vargas quanto no de JQ.

A efervescência da política nacional desenvolvimentista da década de 50 começou a colher seus frutos na década de 60. A ideologia nacionalista passou a influenciar todos os movimentos políticos e culturais. O nacionalismo impulsionou o amadurecimento político dos sindicatos, o que foi sentido quando os seus líderes resolveram criar a CGT (Central Geral dos Trabalhadores) objetivando fortalecer o seu poder de reivindicação. A semilegalidade do PCB (Partido Comunista Brasileiro) agitou a esquerda que também se organizou em torno da ideologia nacionalista. O governo Goulart aos poucos ia se tornando um instrumento de representação dos setores progressistas que defendiam uma política nacionalista. Os setores conservadores, por defenderem uma política internacionalista eram chamados, como já foi dito, de entreguistas pela esquerda brasileira. Esse embate ideológico fez parte do cenário político do país na década de 60. O nacionalismo foi a ideologia da esquerda brasileira no final da década de 50 e início da de 60. Os movimentos de esquerda do país propunham o surgimento de uma nova sociedade, que teve como princípio a expansão dos direitos civis para toda a população brasileira.

Os movimentos de esquerda dos anos 60 estiveram presentes em diversas manifestações culturais. A ideologia nacionalista passou a ser vista, por exemplo, nas peças de teatro, nos filmes, nas músicas e na literatura da época. No entanto a ideia de democratização da arte não foi defendida apenas pelos artistas dos anos 60. Essa ideologia construtivista começou a ser delineada nas décadas de 30,40 e 50.

No final dos anos 50 surgiu em São Paulo o grupo de teatro coordenado por Oduvaldo Viana Filho, O Vianinha, chamado *Teatro de Arena*, que encenou a peça do Gianfrancesco Guarnieri intitulada *Eles não usam Black tie*. Esse grupo teatral surgiu como uma alternativa ao importante *Teatro de Comédia* que procurava encenar textos estrangeiros através de superproduções e com grandes elencos. O *Teatro de Arena* inaugurava assim uma nova concepção cultural que procurava, através da arte, tratar dos grandes problemas sociais que atingiam o país. Os cenários eram mais simples e o público alvo passou a ser o povo. Muitas vezes as peças eram encenadas em locais afastados do grande centro, sob a alegação de que o seu público alvo não tinha dinheiro nem para a passagem.

No cinema surgia o *Cinema Novo* que, com uma câmera na mão e uma ideia na cabeça, procurava retratar as mazelas da miséria brasileira. Os seus integrantes também estavam na busca do verdadeiro homem brasileiro. Através de uma ideologia de esquerda nacionalista, eles objetivavam desalienar as consciências da massa popular. Os primeiros

filmes do Cinema Novo foram produzidos dentro do *CPC* como o famoso *Cinco vezes favela* que através de cinco episódios reproduziu o cotidiano da favela.

A efervescência política dos anos 60 exerceu influência sobre os jovens de classe média que sensibilizados com os problemas sociais do país ingressaram nos movimentos culturais da época. Essa efervescência política e cultural também esteve relacionada à expansão das matrículas universitárias aos setores médios da sociedade nos anos 50. A entrada desses jovens de classe média na universidade iniciou um processo de transformação do movimento estudantil, que até esse período não era dominado pela ideologia da esquerda. A esquerda universitária era, nos anos 50, composta pelos movimentos progressistas da Igreja Católica. No entanto foi nos anos 60 que a ideologia comunista foi predominante no movimento estudantil.

A classificação desses movimentos políticos culturais dos anos 60 de românticos revolucionários podem ser considerados polêmica pela perspectiva de alguns estudiosos e até mesmo por parte dos participantes desses movimentos, uma vez que eles pretendiam ser modernos e, sobretudo, realistas. Contudo o fato deles serem nacionalistas e terem uma utopia autenticamente brasileira que colocou a arte a serviço das causas de contestação da ordem vigente demonstra que eles criaram um movimento que transita entre o realismo e o romantismo revolucionário. Embora tentando superar essas perspectivas é possível provar que ao buscar no passado os elementos para a construção de uma nova nação baseada na verdadeira cultura popular brasileira eles acabaram mergulhando na utopia do romantismo revolucionário.

A Editora Civilização Brasileira e seu editor: o espaço de sociabilidade dos intelectuais brasileiros

A editora exerce no seu campo de atuação o papel de mediar o campo intelectual com o setor econômico. Ela promove o intelectual em ascensão editando seus bens simbólicos. O editor engajado dentro do campo intelectual detém um importante papel de divulgador da cultura. Através dele os intelectuais e seus bens simbólicos são difundidos para os diversos campos sociais e seus capitais simbólicos.

Ênio Silveira se caracteriza como um dos principais editores de escritos políticos de

esquerda do Brasil. O seu engajamento político no mercado de bens simbólicos marcou a sua atuação no campo intelectual e suas interfaces com o campo político. A atuação de Ênio é marcada pela sua participação e um dos agentes fundadores da Câmara Brasileira do livro em 1946 bem como sua atuação como presidente desta instituição de 1952 a 1958 onde discutiu junto ao governo Kubitschek o preço do papel, a redução das cargas tributárias para o setor editorial. A sua atuação o diferenciou do mercado editorial ao exercer o papel de tradutor e editor dos livros muitas vezes dialogando diretamente com os autores. A editora Civilização Brasileira torna-se um símbolo de resistência e atuação do campo intelectual brasileiro.

Na década de 1960 a civilização Brasileira se consolida como uma das principais produtoras de bens simbólicos no mercado editorial brasileiro. Durante o governo João Goulart o editor Ênio Silveira consagra-se como um intelectual de grande prestígio nacional. A parceria de sua editora com o Centro *Popular de Cultura (CPC) da UNE (União Nacional dos Estudantes)*, que tinha por objetivo conscientizar a população brasileira através da arte, surgem Os Cadernos do Povo Brasileiro uma publicação marcadamente de esquerda nacionalista que discutia temáticas como as ligas camponesas, o socialismo no Brasil entre outros. A atuação da Civilização Brasileira tanto no campo político como no intelectual ultrapassa a barreira da ditadura deflagrada em 1964 e ela continua as suas publicações de linha marxista onde temas como a Revolução Brasileira ainda eram publicados.

Os Intelectuais e civilização Brasileira no contexto da ditadura

No início da ditadura civil militar a *Editores Civilização Brasileira* obteve uma certa liberdade de expressão. No entanto apesar desta “liberdade” alçada pela *Civilização Brasileira*, diversos agentes da esfera política e cultural do país sofreram mudanças profundas no seu campo de atuação sendo totalmente desarticulados. A censura e a repressão infringida contra sindicatos, meios de comunicação e todo o campo intelectual modifica o discurso político da intelectualidade brasileira que passa da luta pela implementação da Revolução para a luta pela redemocratização da sociedade brasileira. É neste momento que a Civilização Brasileira abriga intelectuais de diferentes matizes da esquerda e de grupos contrários ao governo militar. A maioria deles assumia uma postura de independência em relação às teses comunistas, assim como o próprio Ênio, que apesar de ser próximo ao PCB nunca defendeu um projeto revolucionário para o país.

O fato de a editora possuir uma livraria situada na Rua Sete de Setembro no centro do Rio de Janeiro ajudou a criar um ponto de encontro da intelectualidade carioca entre as décadas de 1950 e 1960. Ela tornou-se um local de discussão política onde as teses nacionalistas e a Revolução Brasileira eram debatidas. O florescimento cultural em curso no início dos anos 60 prosseguiu até o AI5 em 1968 tendo a classe média a sua frente, grupos como o Teatro Opinião e os Festivais da Canção patrocinados pela TV Record em São Paulo representavam alguns destes movimentos de resistência ao regime militar. Assim como a Revista *Civilização Brasileira* editada entre os anos 1964 a 1968 que publicava temáticas relativas à efervescência cultural brasileira tais como literatura, cinema teatro e música. Esta publicação também discutia temáticas relativas à política Nacional e Internacional e questões comportamentais. A sua publicação foi um grande sucesso de público até o endurecimento do regime militar com a instituição do Ato Institucional n.5 que silenciou e reprimiu toda e qualquer forma de manifestação política e cultural. Esta medida representou a dizimação dos setores mais combativos ao regime no final da década de 60.

É neste contexto político que surge a *Revista Encontros Com a Civilização Brasileira*. Periódico que será um espaço de sociabilidade e de reestruturação do Campo Intelectual Brasileiro.

A Revista Encontros com a Civilização Brasileira: a reconstrução do campo intelectual nos anos 70

A editora *Civilização Brasileira* se constituiu, durante as décadas de 60 e 70, em uma das principais redes de sociabilidade do campo intelectual do país. A ditadura civil-militar deflagrada em abril de 1964 sufocou, num primeiro momento, os movimentos sociais mais organizados deixando os campos da produção científica e cultural relativamente livres. O grupo denominado “Grupo Civilização” (VIEIRA,1998) pelo sociólogo Luiz Renato Vieira reunia intelectuais remanescentes do *Instituto Superior de Estudos Brasileiros* (ISEB), do *Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes* (CPC da UNE) e do *Comando de Trabalhadores Intelectuais* (CTI) além de intelectuais ligados ao *Partido Comunista do Brasil* e ao periódico *Correio da Manhã*. Em 1965 Ênio Silveira, intelectual e proprietário da Editora *Civilização Brasileira*, lançou um dos principais instrumentos de resistência à ditadura militar; a *Revista Civilização Brasileira (RCB)*. Nesse periódico, intelectuais de diversas

correntes políticas se reuniram em torno de um ideal: a luta pela restauração da democracia no país.

Em 1978, dez anos após a publicação da última *Revista Civilização Brasileira (RCB)*, Ênio Silveira decide retomar este periódico alterando o nome para *Encontros com a Civilização Brasileira*. Aproveitando o sucesso obtido pela sua precursora ele buscou reconstruir o rico ambiente de debates do período 1964-1968. Esse novo periódico circulou até 1982 tendo sido lançados 29 volumes contendo antigos colaboradores da editora, englobando-se nessa nova publicação a Escola de Sociologia da USP. A *Encontros com a Civilização Brasileira* conservava um caráter mais acadêmico, o que a diferenciava da RCB. Como nos afirma Ênio Silveira no primeiro volume da revista:

Embora ainda pesem sobre a vida nacional sombrias cargas de arbitrariedade e violência, torna-se cada vez mais forte o amplo movimento de opinião pública, que lutando em todas as áreas pelas liberdades democráticas, vem conquistando aberturas que já permitem ampliar o ostensivo debate de ideias essencial ao progresso cultural do país. (...) Com esse espírito e dedicada a tal propósito surge *Encontros com a Civilização Brasileira*, uma coleção de livros aberta a todas aquelas tendências, que a evolução do pensamento social e científico vem configurando como a atual e plurificada face do humanismo contemporâneo. (SILVEIRA, 1978, p. 6)

Em meados da década de 1970 o regime militar é redirecionado rumo à liberalização política pelo projeto de *distensão política* planejado pelo presidente Geisel que propunha uma abertura “lenta, gradual e segura”, em que o país seria reconduzido ao seu Estado de direito “(...) mas excluísse os setores mais radicais da oposição e os movimentos populares” (ARAÚJO, 2007, p. 324). Este projeto foi criticado por amplos setores da esquerda que o avaliaram como uma tentativa do governo de promover uma “transição por cima” e a uma “democracia de fachada”. Este período é marcado pelo processo de desestruturação do regime militar e o de reestruturação dos movimentos sociais no país. Através desse processo de abertura surgia uma nova esquerda dita mais pragmática e atuante nos movimentos sociais tais como sindicatos, associações de bairros e pastorais da igreja católica. Estes movimentos podem ser definidos como de *resistência e luta democrática* contra o regime militar. “Essa geração, a geração dos anos 1970, era informada política simbolicamente por um outro *ethos*: a luta pelos direitos humanos contra o arbítrio e contra o autoritarismo”. (Op. Cit., p.332) Nesse processo o partido Comunista deixava de ser a grande referência de esquerda perdendo espaço para a nova esquerda. Como demonstra Marco Aurélio Garcia: “O surgimento dessa

nova corrente, ancorada em muitos movimentos sociais (...) é um momento de crise daquela esquerda que tem no PCB (ou em suas expressões políticas, ideológicas, e organizativas de contestação) seu principal parâmetro”. (GARCIA, 1986, p. 201)

O final da década de 1970 também significou uma mudança estrutural no meio artístico e intelectual. O regime ditatorial brasileiro, que anteriormente os havia perseguido, agora os englobava em suas estruturas através dos meios de comunicação como a Embratel (estatal) e rede Globo (que era privada, mas contava com incentivo governamental) além dos órgãos culturais estatais tais como a Embrafilme, a Funarte e o Serviço Nacional do Teatro, dentre outros. A indústria cultural também floresceu no campo fonográfico e no mercado editorial com a publicação de livros, revistas e jornais vendidos em bancas de jornal. O intelectual deste período redireciona o seu campo de ação dos meios sociais para os partidos políticos, um dos principais instrumentos de ação política da democracia (eleições diretas).

Uma parte dos intelectuais atuantes representava uma continuidade daquela esquerda do período pré-64 que se empenhava em construir a transformação da sociedade e da supressão das suas mazelas. Entretanto, segundo alguns setores dos movimentos sociais, a sociedade não seria alcançada através da revolução socialista e sim da organização dos movimentos sociais e da participação popular nos processos decisórios do país. A esta continuidade podemos citar a permanência da ideologia nacional desenvolvimentista no discurso dos intelectuais que atuaram na *Encontros com a Civilização Brasileira*.

No período da ditadura o campo intelectual que atuava na Civilização Brasileira se identificava na luta pela reestruturação da democracia brasileira. No momento que a *Revista Encontros com a Civilização Brasileira* estava sendo editada, o campo intelectual brasileiro se diferenciava pelos diversos projetos de democracia que cada grupo social estava propondo para o Brasil pós ditadura. E é nesta multiplicidade de projetos que este trabalho pretende identificar qual era a identidade política desta revista. Em uma análise inicial já é possível identificar que muitos dos grupos que atuaram na civilização Brasileira ao longo dos anos 1960 voltaram a atuar junto a ela nos anos 1970. Contudo a influência do PCB já não era tão significativa abrindo espaço para os novos grupos políticos que fundaram partidos como o Partido dos Trabalhadores. Os intelectuais ligados ao ISEB e a CEPAL continuaram marcando presença nas páginas da *Encontros*.

Os assuntos abordados pela revista iam da análise da política Nacional e Internacional como a reorganização do movimento sindical com as greves do ABC Paulista, a tomada de

posição da Igreja Católica junto aos movimentos sociais com criação da Teologia da Libertação e as pastorais também faziam parte das temáticas tratadas. Temas ligados a América Latina, aos direitos Humanos e a economia nacional também eram abordados pela revista. Ao longo de quatro anos a *Encontros com a Civilização Brasileira* trabalhou com temas ligados a atualidade da sociedade Brasileira e do mundo. Temáticas ligadas a uma abordagem mais acadêmica também fizeram parte da *Encontros*, historiadores, sociólogos, professores universitários, analistas políticos nacionais e internacionais também eram publicados. Nomes como Hobsbawm, Helio Jaguaribe, Celso Frutado, Frei Beto, Barbosa Lima Sobrinho figuraram nas páginas da *Encontros*. Títulos como *O Estado e a Organização da cultura (Octavianni) Humanismo e Barbarie (HOBSBAWM) A internacional Socialista Corteja o Terceiro mundo (Sergio Buarque de Hollanda) Massas e o Poder (Pietro Ingrião) Estados Unidos: sistema democrático e relações com o Terceiro Mundo (Helio Jaguaribe)* eram publicados e debatidos na revista. No corpo editorial figuravam nomes como Alceu Amoroso Lima, Dias Gomes, Maria da Conceição Tavares, Waldir Pires, Leonardo Boff, Leon Hirschman, Octavio Ianni, Sérgio Arouca dentre outros. Moacyr Felix era o Editor-chefe e Ênio Silveira o Diretor-responsável. A revista publicava intelectuais de grande renome nacional e internacional discutindo temáticas que permeavam o imaginário das esquerdas de todo o mundo.

Neste cenário os movimentos culturais engajados iam perdendo espaço para os movimentos sociais e os partidos políticos que aos poucos foram tomando o espaço e tomando a frente do discurso engajado. Os campos artísticos e intelectuais se expressavam através destes novos espaços de atuação. A revista surgia como mais um espaço de debate da intelectualidade nacional. No editorial do primeiro volume Ênio Silveira afirma qual a importância da revista no contexto nacional:

Embora ainda pesem sobre a vida nacional sombrias cargas de arbitrariedade e violência, torna-se cada vez mais forte a amplo movimento de opinião pública que, lutando em todas as áreas pelas liberdade democráticas, vem conquistando aberturas que já permitem ampliar o ostensivo debate de idéias essencial ao progresso cultural do País.

Entendemos que é dever de todos os intelectuais conseqüentes intensificar sua participação nesse esforço e sobretudo, colaborar para que ele valha também com base para a edificação de valores individuais e coletivos que filosoficamente, se ofereçam como pontos de apoio de estruturas socais mais justas e humanas. (SILVEIRA; 1978. p.6)

(...)

Com esse espírito e dedicada a tal propósito surge *Encontros com a Civilização Brasileira*, uma coleção de livros aberta a todas aquelas tendências que a evolução do pensamento social e científico vem figurando como a atual e plurificada face do Humanismo contemporâneo. (Op. Cit., p.7)

Através de trechos do editorial fica claro o objetivo de Ênio com essa publicação. A construção e o debate da urgência de reconstrução da democracia brasileira face ao desfacelamento do regime ditatorial brasileiro. Para Ênio:

Em linhas gerais (...) a coleção *Encontros com a civilização Brasileira mantém – e amplia –* a linha de conduta intelectual que, de 1964 a 1968, cercou de tanto apreço a *Revista Civilização Brasileira*, uma publicação cuja alta relevância cultural e política tem sido constantemente realçada em qualquer pesquisa que se faça (e muitas já têm sido feitas, aqui e no exterior) sobre a difícil, mas constante atuação da *Intelligentsia* nacional naquele período tão agitado de nossa história.

(...)

Queremos em suma, que colaboradores e leitores juntos possam auxiliar o povo brasileiro a romper as trevas culturais que ainda o cobrem e o muro de preconceitos que o cerca, pois sem essa ruptura nosso país dificilmente se poderá preparar, para cumprir, no quadro geral da marcha dos povos, o seu destino histórico de nação independente e democrática. (Op. Cit., p.8)

A revista surgia num momento em que a liberdade de expressão estava se reconstituindo, em que a pressão internacional com a conjuntura de crise da economia mundial questionava as ditaduras latinas americanas. O processo de abertura dos países socialistas também marcava o discurso do campo intelectual brasileiro. O MDB (Movimento Democrático Brasileiro) aos poucos ia ganhando espaço político e apoio dos intelectuais brasileiros que ajudaram a formular um projeto político “(...) pacífico, parlamentar e democrático de transição para a democracia.” (DA SILVA, 2003, p. 261)

A *Encontros com a Civilização Brasileira* torna-se assim um importante instrumento de divulgação das ideias de parte da esquerda nos anos 70 e início dos 80 e, portanto, um importante objeto de pesquisa para a compreensão do ideário das esquerdas no período de desestruturação da ditadura e do processo de abertura política do país, sobretudo por ter sido uma revista aberta para o debate entre correntes ideológicas que podem ser denominadas de velha e nova esquerda. Constituiu-se em um espaço de divulgação e debate de ideias dos intelectuais de esquerda que, após viver dois períodos ditatoriais², planejavam construir uma nova sociedade baseada nos preceitos da democracia e da liberdade de expressão.

² Período Vargas (1930-1945) e a Ditadura militar iniciada no ano de 1964.

Conclusão

A publicação da Revista se faz num momento político em que as próprias contradições do regime militar começaram a esfacelar o governo obrigando-o a promover uma abertura política no país. As greves do ABC paulista e a anistia que gerou a volta dos músicos, políticos e intelectuais ao país criaram um ambiente propício à exposição de uma revista como esta que buscou, através de seus artigos, influenciar e orientar o debate político de um grupo de intelectuais de esquerda.

A preciosidade dos artigos publicados demonstra a importância de se estudar essa publicação que buscou articular o debate político com a retomada dos movimentos sociais. Para além da reconstrução do pensamento intelectual é importante olhar a Revista Encontros com a civilização brasileira como uma fonte e objeto de resistência contra o processo de esquecimento da História do Tempo Presente, como foi explicitado pelo historiador Francisco Carlos Teixeira:

Assim contra o esquecimento da história do tempo presente - esquecimento apenas paradoxalmente pregado pelos responsáveis pelas ditaduras e pelos condutores das transições em direções às aberturas democráticas -, propomos um voltar-se cuidadoso sobre uma história que é, ao mesmo tempo, recente e esquecida: os processos de redemocratização. (Op. cit.)

A luta democrática contra a ditadura no Brasil ainda produz poucos estudos, devido ao fato da luta armada ainda ser uma mística e um tabu e por isto ser mais estudada, tanto no campo da historiografia quanto das ciências sociais como um todo. Por causa do pouco espaço que este tema ainda ocupa no campo da historiografia brasileira é que esta pesquisa se faz necessária. Esta temática é muito importante para a compreensão das ações políticas destes atores sociais que empreenderam uma frente democrática contra o regime militar brasileiro, bem com entender o Conceito de Revolução Brasileira.

Referências

- ARANTES, A. e LIMA, H. História da Ação Popular: da JUC ao PC do B São Paulo, Alfa - Omega, 1984.
- ARAUJO, M. P. N. A Utopia Fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. Rio de Janeiro, Editora FGV.2000.
- BANDEIRA, M. O Governo João Goulart: As lutas sociais no Brasil: 1961-1964. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1983.
- BOURDIEU, P. O Poder Simbólico. 2ª edição, Rio de Janeiro, ed. Bertrand Brasil, 1998.
- _____. Campo de Poder, Campo Intelectual e Habitus de Classe IN A Economia das Trocas Lingüísticas- o que falar quer dizer. São Paulo,EDUSP,1998.pp 183-202.
- BRANDÃO, A. C. e DUARTE, M. F. _Movimentos de juventude. 15ª ed. São Paulo, Moderna, 1990.
- CHAUI, M. O Nacional e o Popular na Cultura Brasileira: Seminários; São Paulo, Editora Brasiliense, 1983.
- DA SILVA, F. C. T., Crise da Ditadura Militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In Ferreira, Jorge e Delgado, Lucília de Almeida Neves (orgs) O Brasil Republicano: O tempo da ditadura, regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003. p.261.
- FERREIRA, J. e DELGADO, L de A. N. (orgs) – O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964.
- GARCIA, M. A. Contribuições para uma história da esquerda brasileira in MORAES, Reginaldo, ANTUNES, Ricardo, FERRANTES, Vera B. (orgs) Inteligência Brasileira São Paulo, Brasiliense, 1986.
- MOTTA, L. E. P. da A Época de Ouro dos Intelectuais Vermelhos: uma análise comparativa das revistas Tempo Brasileiro e Civilização Brasileira – 1962- 1968. Dissertação de mestrado em Sociologia, Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, 1994.
- PECAUT, D. Os Intelectuais e a Política no Brasil: entre o Estado e a Nação. São Paulo, Atica, 1990.
- RIDENTI, M. Em Busca do Povo Brasileiro: artistas da revolução do CPC à era da televisão. Rio de Janeiro, Record, 2000.
- ORTIZ, R. Cultura Brasileira e Identidade Nacional, São Paulo, Brasiliense, 2001.

REIS, J. C. Anos 1960: Caio Prado JR e a “Revolução Brasileira. Revista Brasileira de História(online) 1999 v.19 n. 37. Pp. 245-277.

SILVEIRA, Ê. Por quê e para quê? In Revista Encontros Com a Civilização Brasileira V.1., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978

SOIHET, R., BICALHO, F. B., GOUVEIA, M. de F. S. (org.) Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história Rio de Janeiro:Mauad, 2005.

VIEIRA, R. L. Consagrados e Malditos. Os intelectuais e a Editora Civilização Brasileira. Brasília, ed. Thesaurus, 1998.